privatização da Azores Airlines, do Grupo SATA. Que modelo de privatização considera mais adequado para salvaguardar o interesse dos empresários e das economias locais, e que "linhas vermelhas" a CCIPD entende que não podem ser ultrapassadas?

O processo de privatização da Azores Airlines está neste momento com o júri e com o Governo Regional. Cabe a estas entidades definirem as linhas vermelhas e não a nós. Queremos que seja um processo totalmente transparente para todos e necessitamos de acessibilidades. A incerteza quanto ao futuro da companhia em nada nos beneficia, bem pelo contrário. Tem afastado passageiros com medo do pior cenário. O que queremos é que se pense num plano de contingência para essa eventualidade.

A conectividade marítima de mercadorias tem sido um dossiê sensível para São Miguel. As recentes respostas dadas pelos operadores com reforço de navios tem solucionado os problemas que se faziam sentir?

A CCIPD entende que o actual modelo de transporte marítimo de mercadorias para os Açores não responde às necessidades reais da economia regional nem aos princípios de coesão territorial que devem orientar a actuação do Estado Português. O modelo assenta em Obrigações de Serviço Público sem qualquer compensação financeira aos operadores, o que conduz ao agravamento dos preços cobrados ao mercado. Na prática, cria-se uma taxa oculta suportada por consumidores e empresas, com impactos directos nos custos de vida e de producão.

O estudo técnico encomendado pelo Governo Regional confirma sobrecustos logísticos de cerca de 30%, que se reflectem no preço dos bens finais, das matériasprimas industriais e nos custos de exportação.

Um modelo com rotas expresso do continente para Ponta Delgada e Praia da Vitória e a distribuição posterior inter-ilhas é o cenário considerado pela CCIPD como mais eficaz e eficiente.

A Câmara do Comércio tem sido crítica em relação à falta de uma estratégia clara para as acessibilidades e promoção externa do destino Açores. O que é que, na sua perspectiva, está a falhar na articulação entre Governo Regional, municípios e associações empresariais?

No sector mais relevante da economia regional da actualidade – o turismo – enfrentamos hoje um risco real de retrocesso. O Governo Regional continua a falhar nas duas áreas em que tem responsabilidade directa e incontornável: garantir acessibilidades aéreas e assegurar uma promoção turística profissional, robusta e estrategicamente orientada. Não o fazendo, fragiliza todo o tecido económico dos Açores.

É urgente reforçar a profissionalização na gestão do destino, melhorar os mecanismos de planeamento e dotar a região de recursos compatíveis com um mercado durístico altamente competitivo. Pagamos hoje o preço de uma impreparação prolongada, que não pode continuar.

A nossa maior alavanca económica exige consistência, conhecimento técnico, continuidade e investimento reforçado na promoção. Não é possível competir com improvisação e reacção em vez de um planeamento assertivo e alinhado.

Estas prioridades não são reivindica-



ções sectoriais. São exigências de futuro para toda a sociedade açoriana.

Em 190 anos, o tecido empresarial mudou profundamente. Que novos perfis de empresário e de negócio estão hoje a emergir em São Miguel e Santa Maria? Por exemplo na economia digital, nas indústrias criativas ou nas tecnologias ligadas ao mar tem existido crescimento empresarial?

Em 190 anos, o tecido empresarial transformou-se de forma profunda — e, hoje, São Miguel e Santa Maria assistem ao surgimento de novos perfis de empresário e de modelos de negócio que reflectem um mundo mais digital, global e tecnológico. Ao lado das empresas tradicionais que continuam a estruturar a nossa economia, cresce agora uma nova geração de empreendedores altamente qualificados, com ambição internacional e maior predisposição para inovar, testar ideias e colaborar em rede.

Na economia digital, verifica-se o aparecimento de empresas nas áreas do software, marketing digital, programação, e-commerce, data analytics e tecnologias aplicadas ao turismo. Muitos destes negócios nascem pequenos, ágeis e orientados para outros mercados, beneficiando do talento formado localmente e do retorno de jovens qualificados que decidem empreender a partir dos Açores.

As indústrias criativas estão também a ganhar expressão, com novos projectos nas áreas do design, audiovisual, videojogos, comunicação, produção cultural e *branding* territorial. São sectores que combinam talento local, tecnologia e uma forte ligação à identidade das ilhas, e que têm mostrado capacidade de exportação e de geração de valor acrescentado.

Nas tecnologias ligadas ao mar, começa a consolidar-se um ecossistema emergente associado à biotecnologia azul, à monitorização oceânica e ao desenvolvimento de soluções para a economia marítima. Embora ainda numa fase inicial, existe crescimento empresarial neste domínio, alavancado por conhecimento científico das universidades, centros de investigação e uma nova geração de empresas tecnológicas.

Em paralelo, multiplicam-se negócios orientados para a transição energética,

sustentabilidade e economia circular, bem como *startups* ligadas à eficiência energética, requalificação urbana e soluções verdes aplicadas ao turismo.

O que vemos, portanto, é uma economia mais diversificada, com empresários mais jovens, mais digitais, mais qualificados e mais predispostos ao risco. Uma economia que combina saber tradicional com inovação tecnológica, e que, se apoiada pelas condições certas, tem potencial real para transformar estruturalmente o modelo económico das nossas ilhas.

A habitação cara e a dificuldade em atrair e fixar trabalhadores qualificados são temas que preocupam várias empresas. Até que ponto esta pressão no custo de vida está a tornar a economia local menos competitiva?

As empresas têm hoje mais dificuldade em atrair e fixar trabalhadores qualificados, que muitas vezes não encontram condições acessíveis para viver nas ilhas. Isto eleva custos de recrutamento, limita a expansão de sectores mais tecnológicos e reduz a capacidade de inovação. Se não forem tomadas medidas estruturais, este problema pode tornar-se um dos principais bloqueios ao desenvolvimento económico. Mas o mercado imobiliário dá sinais claros de crescimento para os próximos 6 anos

Que leitura faz da utilização dos fundos europeus e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) na Região? Os empresários sentem que estes instrumentos estão realmente a chegar à economia real e às pequenas e médias empresas, ou permanecem demasiado centrados no sector público?

A percepção generalizada entre os empresários é que os fundos europeus e o PRR têm chegado de forma limitada à economia real. Persistem demasiados recursos concentrados no sector público, com execução lenta e pouca tradução em investimento directo nas pequenas e médias empresas. Sem uma maior orientação para o tecido empresarial, estes instrumentos continuarão aquém do seu potencial transformador para a economia regional.

No plano interno, que papel é que a CCIPD quer assumir, nes-

te 190.º aniversário, na formação, internacionalização e apoio à gestão das empresas de São Miguel e Santa Maria?

A CCIPD quer reforçar o seu papel como parceira estratégica das empresas, aprofundando a formação profissional, apoiando a gestão com rigor técnico e promovendo a internacionalização através de presença qualificada em feiras e mercados externos. No seu 190.º aniversário, reafirma o compromisso de estar ao lado das empresas com independência, profissionalismo e visão estratégica, contribuindo para um tecido empresarial mais competitivo e preparado para os desafios dos próximos anos.

Se projectar os próximos 10 anos, que visão gostaria de deixar inscrita: que economia quer ver em São Miguel e Santa Maria em 2035, e que mensagem gostaria de dirigir aos empresários num momento simbólico como este do 190.º aniversário?

Se projectarmos os próximos 10 anos, a visão que ambicionamos para São Miguel e Santa Maria em 2035 é a de uma economia insular moderna, tecnicamente preparada, aberta ao mundo e governada por critérios de eficiência, previsibilidade e responsabilidade pública. Uma economia que ultrapassou definitivamente os bloqueios históricos das acessibilidades, com transportes marítimos e aéreos estáveis, competitivos e planeados com visão plurianual; onde as empresas podem investir com confiança porque o Estado cumpre, atempadamente, os seus compromissos; e onde o turismo, continuando a ser uma âncora essencial, já funciona com um nível de profissionalização, planeamento e promoção que coloca os Açores, de forma consistente, entre os destinos internacionais mais sólidos e sustentáveis. Queremos ilhas que diversifiquem as suas bases económicas, reforcem a formação qualificada, incorporem tecnologia, valorizem o mar e as energias renováveis, e onde empreender seja um ato natural — apoiado por políticas públicas estáveis, pela redução de burocracia e por um sistema fiscal coerente com a nossa condição ultraperiférica. Em 2035, queremos que São Miguel e Santa Maria sejam reconhecidas não pelas limitações da insularidade, mas pela capacidade de as transformar em vantagens com-

Aos empresários das nossas ilhas, que enfrentam diariamente riscos, incertezas e desafios crescentes, deixo uma palavra de confiança e de determinação. A história destes 190 anos demonstra que foram sempre os que ousaram investir, criar emprego e abrir caminho que fizeram avançar os Açores. Hoje, mais do que nunca, precisamos desse mesmo espírito: exigente, corajoso, inovador e profundamente comprometido com o bem comum. As empresas são a espinha dorsal da nossa economia e serão também o motor da transformação que os próximos anos exigem. A Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada estará, como sempre esteve, ao vosso lado — com independência, rigor e sentido público — para defender condições mais favoráveis ao investimento, políticas económicas responsáveis e um ambiente de negócios competitivo. Juntos, com ambição e responsabilidade, construiremos os próximos 10 anos e honraremos o legado de quase dois séculos de serviço à nossa terra.

*jornal@diaridosacores.pt